TUFFANI, Eduardo. Introdução ao tupi. *Confluência*: Boletim do Departamento de Lingüística, Assis, Universidade Estadual Paulista, v. 1, n. 2, p. 97-108, 1994.

INTRODUÇÃO AO TUPI[1]

Eduardo Tuffani (UFF)
etuffani@yahoo.com.br

RESUMO

Justifica-se a relevância do estudo do tupi antigo não só com base em fatores de ordem linguística, mas também no papel desempenhado por essa língua na formação nacional brasileira, quando adquiriu importância social e econômica, legando ao português do Brasil milhares de tupinismos. Apresenta-se um quadro da distribuição geográfica das populações tupis nos séculos XVI e XVII, a partir do que se trata do destino de suas tribos e do desenvolvimento posterior da língua em questão. Destacam-se as fontes para o estudo do tupi e a importância dos estudos históricos e filológicos para a fixação das mesmas. Por fim, trata-se das características da língua, tais como os índices de classes (superior e inferior), a expressão nominal do tempo, as linguagens dos sexos, as peculiaridades da predicação e da transitividade, as categorias gramaticais existentes e inexistentes no estudo contrastivo com o português.

Palavras-chave: Tupi Antigo; Tupinambá; Filologia; Linguística.

A linguística norte-americana estranhava o fato de a língua tupi ter sido tão estudada no Brasil. É que, na América Setentrional, nenhum idioma indígena exerceu papel semelhante ao do tupi. Por ter sido falado na maior parte do litoral brasileiro, o tupi serviu de instrumento para a colonização. Os jesuítas o utilizaram para a catequese, e os bandeirantes valeram-se dele ao expandir os limites da América Portuguesa, daí a importância do tupi para a formação nacional brasileira. Na América do Sul, só mais duas outras línguas sobressaem ao lado do tupi: o guarani e o quíchua. O último por ter sido a língua dos incas, o primeiro, pela projeção alcançada por motivos análogos aos da importância do tupi, tais como localização geográfica e catequese.

Uma vez que a ocupação da costa brasileira não se deu simultaneamente, acrescentando-se a isso a mobilidade de algumas tribos, torna-se impreciso fornecer as localizações dos principais povos tupis num dado momento, razão pela qual se dão aqui as tribos delimitadas nos territórios em que sofreram contatos mais intensos: tupinambá, entre os rios Tocantins e Parnaíba; potiguara, Parnaíba e rio Paraíba; caeté, Paraíba e São Francisco; tupinambá, São Francisco e Baía de Camamu; tupiniquim, Camamu e rio São Mateus; tamoio, Cabo de São Tomé e Angra dos Reis. Algumas tribos tupis do interior

[1] Primeira aula de curso de extensão ministrado na Universidade Estadual Paulista. Trabalho baseado nas obras de Frederico Edelweiss e Antônio Lemos Barbosa e carente de análise linguística moderna pois não se beneficiou da contribuição linguística de Aryon Dall'Igna Rodrigues.

confinavam com outras do litoral: amoipira com caeté, tupinaé com tupinambá da Bahia. Mencionam-se ainda temiminó no Espírito Santo e tupiniquim em São Vicente. Entre Cananeia e a Ilha de Santa Catarina encontravam-se os carijós, que seriam posteriormente conhecidos como "guaranis". As nações que não falavam o tupi eram chamadas de "tapuias", denominação que, adotada pelo colonizador, foi aplicada durante largo tempo aos demais grupos indígenas. Entre os tapuias destacavam-se os guaianás e os aimorés. Estes constituíram a nação mais bárbara do Brasil, oriundos do ocidente, estabeleceram-se nas terras dos tupiniquins, expulsando-os da costa para o interior. Aqueles, os guaianás, localizados entre Angra dos Reis e Cananeia, tornaram-se aliados dos portugueses. Segundo Simão de Vasconcelos, contavam-se cem idiomas entre os tapuias. Ainda que tal número não seja exato, pode-se ter uma ideia da complexidade cultural e linguística do Brasil indígena, bem como do porquê do tupi ter servido de língua geral nos primeiros séculos de colonização.

As tribos tupis tiveram seus destinos ligados tanto às relações mantidas com os colonizadores, portugueses ou franceses, quanto às guerras internas, uma vez que, desde os tempos pré-cabralinos, os tupis dividiam-se e lutavam entre si. A exemplo de sua distribuição geográfica, aqui também se corre o risco de generalizar, afirmando que esta ou aquela tribo eram amigas ou inimigas dos europeus ou entre si, visto que tais laços não foram uniformes ao longo do tempo e mesmo válidos para todas as aldeias de uma tribo. Assim sendo, citam-se alguns povos tupis ao lado das relações com que mais se notabilizaram: os tupinambás do Maranhão, os potiguaras e os tamoios favoreceram os franceses em detrimento dos portugueses; os caetés foram, na sua maior parte, exterminados pelos tupinambás, tupinaés e tapuias; os tupinambás da Bahia se opuseram ao conquistador português; os tupiniquins de Ilhéus e os de São Vicente, aliados aos guaianás, estes tapuias, facilitaram a penetração portuguesa.

Cada tribo era conhecida por vários nomes, atribuídos pela própria tribo, por outras e pelos colonizadores. O nome "tabajara" exemplifica o fato. Originado de *tobaîara* "inimigo", serviu para chamar os tupinambás da Paraíba e os potiguaras da Serra da Ibiapaba, ou seja, populações distintas e contrárias, tomadas como uma só com tal nomenclatura. Os tupiniquins de São Vicente também eram conhecidos por "tupis", nome que passou a designar as demais tribos. Outra denominação que tendia a ser genérica era a de "tupinambá", em virtude da grande distribuição dos povos que a adotavam no Maranhão, na Bahia e no Rio de Janeiro (tamoios ou tupinambás). Apesar de estes três povos serem os mais conhecidos do ponto de vista social, em razão do maior número de fontes lhes dizer respeito, linguisticamente se falando, tal denominação não é feliz, uma vez que os dialetos tupinambás se afastavam da língua comum à nação. O nome genérico "tupi" deve ser preferido não só pela consagração do uso, mas também pelo seu emprego na formação de boa parte dos gentílicos, como tupi, tupiniquim, tupinambá, tupinaé, tupinambarana, etc.

O tupi se transformou com o passar dos séculos. A língua de que se trata aqui é a que foi documentada nos dois primeiros séculos da colonização. O tupi, tupi antigo ou língua brasílica deixou de ser falado pelos seus nativos, tornando-se uma língua geral, comum a mestiços e outros índios, para tanto contribuíram os jesuítas e os conquistadores luso-brasileiros. Com a evolução da língua, originaram-se duas modalidades: a língua geral paulista ou tupi austral, falado pelos bandeirantes, sobretudo nos séculos XVII e XVIII; o nheengatu, tupi moderno, língua geral amazônica ou tupi amazônico, falado na Região Norte do Brasil nos séculos XIX e XX, pelas transformações, isto é, simplificações

gramaticais que sofreu, constitui outra língua. A transição do tupi antigo para o tupi moderno é conhecida por "brasiliano", que foi falado no século XVIII no Maranhão e Pará.

As línguas indígenas se agrupam em famílias linguísticas, segundo o critério genealógico. Por sua vez, algumas famílias também são reunidas em unidades maiores: os troncos linguísticos. As principais famílias linguísticas brasileiras são: tupi-guarani, karib e aruak, mencionando-se também a tukuna, principal língua isolada, família composta por uma só língua. Os troncos linguísticos são o tupi e o macro-jê. Este último engloba, principalmente, as famílias bororo, jê, karajá e maxakali e, das línguas isoladas, sobretudo a yatê. As principais línguas da família jê são a kaingang, a xavante, a xakriabá e a gorotire. A família tupi-guarani é assim chamada por causa das suas duas principais línguas: o tupi e o guarani. Das línguas faladas atualmente da mesma família destacam-se o kaiwá (ou kayová), o guajajara, o nhandeva, a língua geral amazônica e o mbiá e, no exterior, o guarani paraguaio e o chiriguano. Das outras unidades que integram o tronco tupi, citam-se a família munduruku e a língua mawé.

Sendo o tupi antigo uma língua morta, as fontes para o seu estudo se limitam aos trabalhos feitos nos primeiros séculos da colonização, principalmente XVI e XVII. A tarefa da documentação da língua coube aos jesuítas. Estes missionários escreveram gramáticas, vocabulários, catecismos e poemas de inspiração religiosa. Algumas destas obras foram reelaboradas posteriormente, o que dificulta às vezes a identificação do autor. A primeira gramática publicada foi a de José de Anchieta (*Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, Coimbra, 1595), seguida pela de Luís Figueira (*Arte da língua brasílica*, Lisboa, 1621). Dos catecismos, os mais importantes são o de João Filipe Bettendorf (*Compêndio da doutrina cristã na língua portuguesa e brasílica*, Lisboa, 1687) e o *Catecismo brasílico da doutrina cristã*, reelaborado sucessivamente por Antônio de Araújo (Lisboa, 1618) e Bartolomeu de Leão (Lisboa, 1686). Os poemas religiosos são, na sua maior parte, manuscritos, tendo por autor sobretudo Anchieta. De grande importância para o estudo do tupi são as obras dos viajantes, cronistas e naturalistas dos séculos XVI e XVII: Pero de Magalhães Gandavo, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa, Hans Staden, André Thevet, Jean de Léry, Claude d'Abbeville, Ives d'Evreux, Gaspar Barléu, Guilherme Piso e Jorge Marcgrave, Anthony Knivet, etc.

De caráter eminentemente filológico, o estudo do tupi possui também uma problemática ligada ao conhecimento do seu léxico. O mais extenso dos vocabulários tupis, o anônimo *Vocabulário na língua brasílica* (São Paulo, 1622), nunca foi publicado no período colonial. Assim sendo, depois que a língua deixou de ser falada, os estudiosos passaram a se servir de vocabulários guaranis, a isto acrescendo o desaparecimento do *Vocabulário na língua brasílica* e a identificação por muitos do tupi antigo com o brasiliano e mesmo com o nheengatu. Ao longo do século passado, os estudos tupinológicos tomaram impulso, mas, em meio a tal situação, a maioria dos trabalhos produzidos acabou comprometida em razão da fonte insubstituível, excetuando-se as obras de Lucian Adam e Batista Caetano de Almeida Nogueira. Uma vez encontrado e publicado o *Vocabulário na língua brasílica* (São Paulo, 1938), iniciou-se uma nova fase nos estudos tupis, em que se destacaram Frederico G. Edelweiss, Antônio Lemos Barbosa, Maria de Lourdes de Paula Martins e Aryon Dall'Igna Rodrigues. A toponímia tem sido especialmente ligada ao estudo do tupi, e mais uma vez aqui se evidencia a orientação metodológica da tupinologia. Não basta ao estudioso tomar os topônimos e decompô-los para chegar ao significado dos mesmos. Para tanto, é necessário um levantamento histórico do termo em questão, pois só

conhecendo a forma original é que se pode explicá-lo. O mesmo procedimento se aplica aos topônimos de origem latina: o nome da cidade portuguesa Chaves provém de *Aquis Flaviis* "Em Águas (Termais) Flavianas", o que não se compreende sem a pesquisa histórica, havendo o risco de se incorrer em falsas interpretações.

O tupi possui seis vogais: *a, e, i, o, u* e *y*. As cinco primeiras pronunciam-se como no português do Brasil, embora o *e* e o *o* nunca de forma aberta como em "vela" e "mola". O *y* é um som típico da língua. Para reproduzi-lo, devem-se dispor os lábios para pronunciar *i*, mantida a língua na posição de *u*: é o inverso do *u* francês, o *y* se classifica como vogal pós-palatal, não arredondada, alta. As seis vogais podem ser nasais: *ã, ẽ, ĩ, õ, ũ,* ỹ. Com as três semivogais *î, û* e *ŷ* se formam tritongos e ditongos, estes crescentes e decrescentes, orais e nasais.

Com a evolução da língua, o *y* tendeu ora para *u*, ora para *i*: *itatyba* > Itatiba; *ybatyba* > Ubatuba. O *g* medial que se encontra em palavras como *ygara* e *ygapó* não corresponde ao original, trata-se de um recurso gráfico que acabou se cristalizando posteriormente. O nome próprio Iperoig exemplifica tal fato: *yperu* "tubarão" + *y* "água". Do mesmo modo, o *g* seguido da semivogal *û* foi incorporado em razão de uma falsa percepção por parte dos que documentaram a língua: *ûirapuru* deu origem a "uirapuru" e "virapuru", embora tenha sido registrado *gûirapuru*, a exemplo de *gûasu*. Por sua vez, o *j* nada mais é do que a semivogal *î*.

A língua desconhece os sons dos nossos *f, l* e *r* duro, daí o célebre dito de que os tupis não tinham fé, lei e rei. O *r* é sempre brando, alveolar, mesmo no início da palavra. O *s* nunca tem o som de *z*. O *x* pronuncia-se como em "xícara". O *h* aspirado aparece em pouquíssimas palavras. O *nh* é fonema simples como em português. A oclusão glotal *ʔ* é característica da língua, distinguindo-se do hiato porque nela são separadas as vogais de modo que a segunda delas passe pela glótis, constituindo-se uma consoante oclusiva entre duas vogais. Não se admite a junção de duas consoantes, fato contrariado na evolução dos tupinismos: *karagûatá* > gravatá. Os únicos casos aparentes em que se dá a junção CC são aqueles em que *b, d* e *g* se apresentam antenasalisadas: *mb, nd* e *ng*. Na passagem para o português, o *m* e o *n* em tais situações não se mantiveram, a menos que tenham recebido uma vogal protética: *mbaetatá* > boitatá "fogo-fátuo", *mboîuna* > boiuna, *mboaba* > emboaba. Uma vez conservado o *m* em M'boi Mirim, chegou-se ao cúmulo de pronunciá-lo "eme". Em resumo, as consoantes são: *b, mb, nd, ng, h, k, m, n, nh, p, r, s, t, x* e *ʔ*.

Quanto à tonicidade, vale lembrar que as palavras simples são oxítonas. Os paroxítonos, proparoxítonos e pré-proparoxítonos são compostos de sufixos ou partículas enclíticas: *nde maenduar-i-ne* "tu te lembrarás".

Menção especial merecem os metaplasmos. O fenômeno da nasalização é o mais característico da língua. *P, m* e *mb* se permutam. *P* inicial, não antecedido de genitivo nem de complemento, torna-se *mb*: *abá pyá* "entranhas do homem", *mbyá* "entranhas" (de gente), *xe pó* "minha mão", *mbó* "mão" de gente. *M* final, seguido de vogal tônica, torna-se *mb*: *kama* "seio" + *y* "líquido" = *kamby* "leite". *B* final pode se converter em *p*: *xe rub!* ou *xe rup!* "meu pai!". *B* de sílaba final átona passa a *p* no gerúndio e no particípio ativo subjetivo: *ausuba* "amar", *ausupa* "amando" e *ausupara* "o que ama".

Em tupi não há artigo definido nem indefinido. A categoria nominal de número também não é própria da língua. No tupi colonial, o indefinido *etá* "muitos" passou a ser utilizado para a expressão do plural: *gûyrating'etá* > Guaratinguetá "muitas garças" > "garças". Não há gênero gramatical. Usam-se palavras equivalentes a "macho" e "fêmea" só

quando se torna necessária a distinção: *membyr'apyaba* "filho", *memby'kunhã* "filha", *mboîa sakûãîbae* "cobra macho" e *mboîa kunhã* "cobra fêmea". Os adjetivos e os infinitivos podem ser substantivados, como em *poranga* "belo" > "beleza", mas a língua rejeita os substantivos abstratos. A abstração assumiu proporções maiores com o desenvolvimento posterior do tupi, servindo-se do sufixo *-aba*, que indicava a princípio as circunstâncias do processo verbal, chegou-se a formas como *porang-aba*. Tais fatos podem levar a se pensar numa "pobreza" do idioma, o que não se constata ao se examinarem outras características do tupi antigo.

Existem palavras diferentes para distinguir as relações de parentesco do homem e da mulher: "filho" para o pai é *tayra*, para a mãe é *membyra*; *tybyra* é o "irmão caçula" do homem; *tykeyra* é o "irmão mais velho"; *tykera* e *pykyyra* são respectivamente a "irmã caçula" e a "irmã mais velha" da mulher. Notam-se linguagens diferentes usadas pelo homem e pela mulher: "sim" para ele é *pá*, para ela é *eẽ*. Desconhecem-se os casos. O sujeito e o objeto se diferenciam pela sua ordem na oração, exceto para os pronomes pessoais, que têm formas subjetivas e objetivas, variando estas de acordo com o sujeito. Com a anteposição dos pronomes pessoais aos substantivos, ordem esta que exprime a posse, é suprida a inexistência dos pronomes possessivos. Tal colocação caracteriza o genitivo: *gûyrá tĩ* "bico de pássaro". A aposição, por sua vez, possui ordem inversa, como em português: *abá gûyrá* "homem pássaro". Tratando-se ainda os pronomes, registram-se duas formas para a primeira pessoa do plural: *îandé* (inclusivo) e *oré* (exclusivo). Nas terceiras pessoas, notam-se dois "possessivos", um reflexivo e o outro relativo: "Pindobuçu quebrou o seu anzol" (de Pindobuçu mesmo) *o pindá*, "Pindobuçu quebrou o seu anzol" (de Itajibá) *i pindá*. Os pronomes demonstrativos indicam não só a proximidade, como também a visibilidade: *kó ybá* "esta fruta" (visível) e *ang ybá* "esta fruta" (não visível). As preposições colocam-se após as palavras que regem, são posposições: *i xupé* "a ele".

Não existem verbos de ligação em tupi. A predicação é suprida com a colocação dos pronomes pessoais: antepostos aos adjetivos e pospostos aos substantivos a aos outros pronomes. Os verbos se servem de prefixos, antepostos aos temas, para a distinção das pessoas. O verbo transitivo exige, entre o prefixo e o tema, o objeto direto ou o pronome objetivo, neste último caso, redundante: *o-îy-pysyk* ou *o-î-pysyk îy* "apanhou o machado". Não há voz passiva. Tal noção se expressa com particípios passivos: *i îukáa-pyra* "o que é morto". Por meio de prefixos, os verbos transitivos assumem as formas reflexiva e recíproca. A conjugação negativa se obtém com prefixos e sufixos: *nd'o-bebé-î* "não voou". O verbo tupi não enfatiza a categoria de tempo gramatical ou relativo. Em contrapartida, os substantivos, o infinitivo e os particípios, por meio de sufixos, expressam o passado, o futuro, o passado-futuro e o futuro-passado: *remirekó* "esposa", *remirekó-pûera* "ex-esposa", *remirekó-rama* "futura esposa", *remirekó-ram-bûera* "ex-futura esposa" e *remirekó-pûer-ama* "futura ex-esposa". Para a idéia de tempo, também concorrem os advérbios, havendo sutilezas como *oîeí* "hoje" (passado) e *kori* "hoje" (futuro).

Uma característica da língua são os índices de classes. Trata-se de prefixos que acompanham substantivos, adjetivos, verbos e preposições, indicando duas classes: a superior, homens e espíritos, e a inferior, animais, vegetais e seres inorgânicos. Antepostos a substantivos, os índices têm a função de adjunto adnominal restritivo: *t-obá* "rosto" (de gente), *s-obá* "rosto" (de animal). Seguidos de adjetivos, verbos predicativos e intransitivos, indicam o sujeito: *t-una* "preta" ou "ser preta" (gente), *s-una* "preta" ou "ser preta" (coisa), *t-eõ* "morrer" (gente), *s-eõ* "morrer" (animal). Com os verbos transitivos, funcionam como

objeto direto: *t-ausuba* “amar” (gente), *s-ausuba* “amar” (coisa). Com as preposições, servem de complemento: *t-enondé* “diante de” (gente), *s-enondé* “diante de” (coisa). As palavras que não admitem os prefixos *t-* e *s-* indicam as classes superior e inferior por meio de *moro-* e *mbaé* ou pela troca do *p* inicial por *mb* ou *m* para a classe superior: *moro-tĩ* “nariz” (de gente), *mbaé tĩ* “nariz” (de animal), *py* “pé”, *mby* “pé” (de gente), *poranga* “beleza”, *moranga* “beleza” (de gente).

A tupinologia está intimamente relacionada com a formação nacional. As fontes mais antigas para o estudo do tupi datam do século XVI, época inicial da conquista e ocupação do solo brasileiro. No século seguinte, completou-se o trabalho de documentação da língua, e se consolidou a colonização do Brasil. O estudo do tupi retomou impulso com o Romantismo e, mais recentemente, com o Modernismo, quando houve uma renovação nos estudos tupinológicos. Atualmente, deve-se avaliar o que se fez sobre a matéria, bem como traçar novas linhas para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, A. Lemos. *Curso de tupi antigo*: gramática, exercícios, textos. Rio: São José, 1956.

_____. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Com quatro apêndices: perfil da língua tupi, palavras compostas e derivadas, metaplasmos, sintese bibliográfica. 3. ed. Rio de Janeiro: São José, 1967 [1951].

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. [*Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*.] Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980 [1847; 1881-1885; 1881].

DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. Prefácio: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980 [1955].

EDELWEISS, Frederico G. *Estudos tupis e tupi-guaranis*: confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.

FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Hucitec; [Brasília]: UnB, 1989 [1949].

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. *História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980 [1826; 1576].

MÉTRAUX, A. *Migrations historiques des Tupi-Guaraní*. Paris: Librairie Orientale et Américaine Maisonneuve, 1927.

RODRIGUES, Arion Dall'Igna. Esbôço de uma introdução ao estudo da língua Tupí. *Logos*: Revista Cultural do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, Curitiba, ano 6, n. 13, p. 43-58, 1951.

_____, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras*: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1994 [1986].

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. Introdução e notas do Professor Frederico G. Edelweiss [1955]. 5. ed. comemorativa do cinqüentenário de falecimento do autor. São Paulo: Nacional; [Brasília], Instituto Nacional do Livro, 1987 [1901].

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Comentários e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss. São Paulo: Revista dos Tribunais; [Brasília]: Ministério da Educação e Cultura, 1974 [1851].

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. Revisão e notas: J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. 10. ed. integral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo, 1981 [1854]. v. 1, t. 1-2.